



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2013.0000373556**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 9100559-31.2008.8.26.0000, da Comarca de Suzano, em que é apelante JULIO CEZAR KAMEZAWA, são apelados DORENICE ALVES DE SANTA e IASMIN JENIFER GLAUCIA QUEIROZ DE SOUZA.

**ACORDAM**, em 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores JOSÉ CARLOS FERREIRA ALVES (Presidente) e JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS.

São Paulo, 25 de junho de 2013.

**GIFFONI FERREIRA**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

APELAÇÃO nº 9100559-31.2008.8.26.0000

APELANTE: JULIO CEZAR KAMEZAWA

APELADOS: DORENICE ALVES DE SANTA E IASMIN JENIFER GLAUCIA  
QUEIROZ DE SOUZA

COMARCA: SUZANO

VOTO Nº 1599

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE  
TRÂNSITO – MORTE DE PAI E COMPANHEIRO –  
CONDENAÇÃO CRIMINAL PASSADA EM JULGADO  
– COISA JULGADA CIVIL OCORRENTE – DANOS  
MORAIS (R\$-70.000,00) E MATERIAIS PRESENTES E  
BEM FIXADOS – DESNECESSIDADE DE MAIS  
PROVAS – PRECLUSÃO OPERADA – DOCUMENTOS  
COMPROBATÓRIOS ACOLHIDOS –  
PENSIONAMENTO LIMITADO AOS 18 ANOS DA  
AUTORA MENOR – APELO PARCIALMENTE  
PROVIDO PARA TANTO – SENTENÇA  
PARCIALMENTE REFORMADA.

Cuida-se de Apelação Cível, exprobando a R. sentença de fls., que deu pela PROCEDÊNCIA de Ação de Indenização por danos materiais e morais causados, com a culpa reconhecida pelo Juízo Criminal, por causação pelo apelante de acidente de veículo, em que o finado pereceu, e ocorrente coisa julgada no Juízo Cível; no apelo exproba a condenação, insistindo em cerceamento de defesa, deserto o apelo, inviável o despacho de recebimento do recurso, presente desrespeito ao Princípio da Identidade Física do juiz; faltou à inicial causa de pedir, faltante credibilidade aos documentos, nem havendo prova de união estável e de dependência econômica nem devidos os danos morais por elevados os valores, e bem assim a pensão, equivocado o deferido até a idade revelada.

Recurso bem processado. Não respondido

Esse o breve relato.

Deveras, o feito estava mesmo em vias de procedência, e nem se há de falar em nulidade; o magistrado sentenciante detinha integral competência para tanto, nem havendo necessidade da tal prova pretendida, a esse título; e o afã do Apelante em se livrar da condenação é de tal sorte que até mesmo assuntos cobertos pela preclusão os invoca o insurgente, tal como a matéria relativa ao decidido a fls.

90, e os tais defeitos da inicial; além do que a respeito verteu a r. sentença, mais uma vez se diga: a culpa do Apelante já foi definida, e transitou em julgado tal irrogação. TOLLITUR QUAESTIO.

Fica, ante isso, repelido o Agravo Retido, mesmo porque o indeferimento de mais provas não foi contestado.

A dependência econômica foi assentada a fls.142, e ante isso também se operou a preclusão; os documentos trazidos a fls. 58 e 200 são bastantes para a comprovação da dependência econômica da varoa em relação ao extinto. Os documentos são suficientes, e a formalística impugnação não pode ser acatada, já que a insurgência do Apelante não vitupera o conteúdo desses documentos, senão a falta de autenticação, o que se não sustenta. Notar a manifesta desnecessidade de prova de propriedade do automotor, em nome do Réu, ante o trânsito em julgado que se operou.

Os danos morais de R\$-70.000,00 tiveram fixação condizente com a jurisprudência, e não são excessivos. Os parâmetros de que se valeu o MM. Juiz foram brandidos com moderação, notando-se que houve morte do ofendido. E os danos materiais, à luz da remuneração do finado, também foram bem anotados, com parcimônia até.

A única coisa que socorre o insurgente é que não há mesmo justificativa para que a pensão subsista até os 24 anos da autora menor. Tal não pode também ser fonte de ociosidade, e melhormente confortado o juízo com o limite de 18 anos para tal. O termo inicial é mesmo o dia do fato (DIES IRAE).

Assim, à exceção do termo final do pensionamento da Autora menor, a R. sentença fica integralmente acatada – e invoca-se o Art.252 do Regimento Interno para tal confirmação, desnecessária a mera repetição de argumentos.

Alfim, vê-se que a moderação foi a tônica da R. decisão; e bem por isso a milenar sabedoria Latina já informava, com Horácio, nas suas epístolas (1, 18:9): VIRTUS ET MEDIUM VITIORUM ET UTRIMQUE REDUCTUM (a virtude é o ponto médio ente dois defeitos).

Pelo exposto, DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO ao apelo, apenas para o fim de limitar a pensão aos 18 anos da Autora ou 24 caso esteja em curso superior, mantidas ao demais todas as determinações do R. “decisum”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**L.B. Giffoni Ferreira**

**RELATOR**  
**Assinatura Eletrônica**